

As Relações Portugal-Brasil na primeira metade do século XX (1910-1945)

Paula Marques Santos
(Professora Coordenadora da ESTGL)
(Professora Auxiliar da Universidade Lusíada do Porto)
(Investigadora do CEPSE)

Resumo

A primeira metade do século XX caracteriza-se, no que se refere ao relacionamento Portugal – Brasil, como um período onde, embora este elo bilateral não tenha sido um dos vértices centrais da política externa de cada um destes países lusófonos (pelo menos relativamente aos resultados alcançados), tenha ficado demonstrada a importância, para ambos os lados do Atlântico, da manutenção da ligação luso-brasileira, quer ao nível político-diplomático, quer ao nível pragmático, procurando aprofundar esse relacionamento através de mecanismos formais e operacionais que se traduzissem em vantagens para as populações nacionais e para o melhoramento da própria imagem e prestígio de cada nação perante o sistema das relações internacionais.

Neste artigo, pretendemos analisar a evolução deste relacionamento bilateral desde o fim do regime monárquico em Portugal até ao final da II Guerra Mundial, momentos que consideramos basilares e que delimitam uma fase específica deste relacionamento. Por um lado, o fim do regime monárquico português permite comprovar que seria possível manter o relacionamento luso-brasileiro, o qual não conseguirá ser reforçado nas décadas de 1910 e 1920 devido à inconstância e instabilidade da I República, mais preocupada com as questões internas e depois com a I guerra mundial e com as suas consequências. Por outro lado, o ano de 1945 conhece o fim do segundo conflito mundial e também o fim do regime varguista no Brasil, conduzindo não só a uma conjuntura mundial que se funda em ideais e valores adversos ao regime português, mas também a uma política externa brasileira diferente que se procura adaptar a esse novo sistema.

Palavras-chave

Portugal, Brasil, relações político-diplomáticas, 1908-1945, Estado Novo.

Abstract

The first half of the 20th century is, regarding the Portugal – Brazil relationship, a period where, although the bilateral link has not been one of the most important in foreign policy definition of each country, shows the importance for both sides of the Atlantic to keep the

Luso-Brazilian connection, at political-diplomatic level, as well as at pragmatic level, seeking to deepen this relationship through formal and operational mechanisms that could bring advantages to populations and to improve the national prestige of each nation to the international relations system.

In this paper we pretend to analyze the evolution of these bilateral relations since the end of the portuguese monarchy until the end of the II World War, events that we consider basic to limit a particular period of this relationship. First, the end of the Portuguese monarchy proves that it would be possible to keep the Luso-Brazilian relationship, which cannot be strengthened during the 1910 and 1920 decades due to the volatility and instability of the Portuguese First Republic, more concerned with internal issues. On the other hand, the year of 1945 knows the end of the Second World War as well as the end of the Vargas regime in Brazil, leading not only to a world situation founded on ideals and values adverse to the Portuguese regime, but also a Brazilian different foreign policy that tries to adapt itself to this new world system.

Keywords

Portugal, Brazil, Political-Diplomatic Relations, 1908-1945, Estado Novo.

1. O período do fim da Monarquia e a I República em Portugal

O fim do regime monárquico em Portugal colocará dificuldades no relacionamento entre Portugal e o Brasil e mesmo durante todo o período da I República esse relacionamento bilateral será relegado para segundo plano, já que os sucessivos governos republicanos portugueses vão centrar as suas atenções em questões internas e na tentativa, muitas vezes frustrada, para a resolução desses problemas.

De facto, o final do séc. XIX e o início do séc. XX foi um período de afastamento entre os dois países lusófonos, devido a diversas vicissitudes intrínsecas a cada um, mas também dificultadas pelas conjunturas de conflito generalizado no sistema internacional. Por esses motivos, durante este período assistimos a um diálogo bilateral retórico com uma capacidade de concretização quase nula, ou seja, apesar da realização de inúmeros eventos que procuram manter vivo os elos luso-brasileiros, como é exemplo a visita do presidente português ao Brasil e do reatamento e restabelecimento formal de relações diplomáticas após os diferendos que surgem nos finais do século XIX, as concretizações operacionais serão escassas.

Em 3 Maio de 1898 passa por Lisboa, a bordo do navio Thames, o presidente eleito do Brasil, Manuel Ferraz Campos Sales. O presidente declinou o convite do governo português para desembarcar, para ser homenageado, prometendo que no regresso da viagem pela Europa se demoraria alguns dias em Lisboa. A 8 de Agosto chega ao porto de Lisboa e foi objecto de várias homenagens oficiais por parte de D. Carlos e do Governo. Foi a 1ª visita dum Presidente da República eleito brasileiro a Portugal, inaugurando uma série de visitas a Portugal que se verificarão ao longo do século XX, mas sem qualquer resultado e/ou benefício político e/ou mesmo económico. (Magalhães, 1997, p. 77).

Em 1908 o governo brasileiro decidiu celebrar o 1º centenário da abertura dos seus portos (decretado por D. João VI a 28 de Janeiro de 1808, quando se transferiu para o Brasil) com uma grande exposição internacional. O governo de João Franco¹ decidiu participar oficialmente nessa exposição. O ministro português no Rio de Janeiro, Camelo Lampreia, propôs ao governo português que fosse feita uma visita oficial do Rei D. Carlos, sugestão aceite, tendo a visita real começado a ser preparada cuidadosamente nos dois países, com o apoio do MRE, Barão de Rio Branco, e do Congresso brasileiro (que aprova os créditos necessários para custear os preparativos do monarca). A chegada do rei ao Rio de Janeiro, a bordo dum navio português, estava prevista para o dia 7 de Junho de 1908. Todavia, (*ibidem*, p. 79) o assassinato do rei no dia 1 de Fevereiro pôs termo a esse projecto (embora a proclamação do regime republicano ocorra apenas em Outubro desse ano) que, tal como afirma Vieira de Castro “se tivesse ido adiante, teria certamente tido uma considerável importância no estreitamento das relações luso-brasileiras” (*apud* Magalhães, 1999: p. 79).

Em Outubro de 1908, o marechal Hermes da Fonseca, encontrava-se em visita à Europa, chegando a Lisboa a 1 de Outubro. O rei D. Manuel homenageou o presidente brasileiro com um banquete na Sala do Risco, no Arsenal, a 2 de Outubro (domingo) e visitou-o a bordo do couraçado São Paulo no dia seguinte. Mas na madrugada do dia 4 de Outubro eclodiu em Lisboa a revolução republicana que, tendo triunfado, levou à proclamação da República, obrigando a comitiva presidencial brasileira a abandonar o porto de Lisboa.

A Implantação da República em Portugal surge numa época em que quase todos os Estados Europeus eram ainda monarquias e, por essa razão, a preocupação do seu reconhecimento internacional ditará a Política Externa Portuguesa até à I Guerra Mundial, já que os Estados Europeus só se pronunciarão, na sua maioria, após o reconhecimento britânico, que

¹ Portaria de 28 de Outubro de 1907.

consideravam tutelar. E, mesmo no republicano continente americano, a coroa dos Bragança reinara até 1889 no Brasil. Aliás, a implantação da república no Brasil serviu de estímulo para os republicanos portugueses.

O reconhecimento oficial da República Portuguesa foi um processo difícil e complexo que ocorreu em três “vagas” distintas e se arrastou por dez longos meses, com consequências graves sobre a situação internacional do país e a política interna em Portugal.

O reconhecimento pelo Brasil insere-se logo na primeira vaga e é, praticamente, imediata, juntamente com a Argentina. Tal situação demonstrava que a diplomacia portuguesa tinha conseguido alcançar os seus objectivos e que mantínhamos boas relações com os Aliados atlânticos. Este reconhecimento permitirá, num segundo momento, aos EUA uma aproximação singular ao regime português.

Apesar das relações cordiais existentes com o regime monárquico deposto, o reconhecimento da República Portuguesa será imediato e no dia 6 de Outubro, o ministro do Brasil em Lisboa, José Pereira da Costa Mota, recebe instruções telegráficas do seu governo, autorizando-o a entrar em relações com o Governo Provisório português, presidido na altura por Teófilo Braga, comunicando-lhe oralmente que o reconhecimento formal do novo regime se efectuará quando o governo brasileiro tivesse conhecimento de que a maioria da nação portuguesa apoiava o novo regime republicano².

Em 22 de Outubro, porém, o representante máximo brasileiro em Lisboa recebe instruções para reconhecer formalmente a República portuguesa, em virtude do governo da Argentina ter decidido fazer o reconhecimento imediato (22 de Outubro), dado que também Portugal tinha sido o primeiro a reconhecer a independência da Argentina.

O governo republicano manifestou logo a sua intenção de intensificar e consolidar as relações com o Brasil, designando como representante diplomático no Rio de Janeiro, António Luiz Gomes, importante figura do Partido republicano³. Mas, apesar das intenções demonstradas o relacionamento bilateral permanecerá estagnado durante a I República, diminuindo drasticamente mesmo o volume das vagas migratórias portuguesas em direcção ao Brasil⁴.

² Esta posição era idêntica à dos EUA.

³ Em Julho de 1912, este foi substituído por outra figura importante do Partido, e nascido no Brasil – Bernardino Machado.

⁴ Verificar-se-á ao longo do séc. XX uma redução gradual dos contingentes migratórios portugueses em direcção ao Brasil, não só devido aos conflitos mundiais, mas também pela substituição desse destino transatlântico por outros, essencialmente europeus e africanos (colónias portuguesas), para além da influência das restrições legais que serão implementadas em território brasileiro à recepção de novos imigrantes.

Das poucas concretizações, referimos a assinatura, a 25 de Março de 1909, de uma Convenção de Arbitragem entre Portugal e o Brasil (Magalhães, 1999: 140) e, num novo gesto de aproximação bilateral, ambos os governos decidem em 1913 elevar à categoria de embaixada as respectivas representações diplomáticas em Lisboa e no Rio de Janeiro⁵, oficializadas a 11 de Março de 1914.

O caminho de gradual aproximação iniciado durante a I República, embora ténue em resultados estratégicos e operacionais, é ainda visível em diversas demonstrações: visitas recíprocas dos presidentes, designadamente de Epitácio Pessoa (8 de Junho de 1919) e de António José de Almeida (17 de Setembro 1922), da elevação das legações em Lisboa e no Rio de Janeiro ao nível de embaixadas como referido, da travessia aérea do Atlântico Sul por Gago Coutinho e Sacadura Cabral; na celebração do centenário da independência do Brasil (17 de Junho de 1922), entre muitos outros acontecimentos (Cf. CERVO, 2000: 263-270), como o envio para o Brasil, em Dezembro de 1920, dos corpos do imperador D. Pedro II e da imperatriz D. Teresa Cristina, sepultados no panteão de São Vicente de Fora (Magalhães, 1999: 141).

O período entre 1919 e 1928, na Primeira República Portuguesa, caracteriza-se por tentativas de diversificação das relações internacionais, situação onde se enquadra esta tentativa de reforço da ligação ao Brasil. Todavia, a ligação à Grã-Bretanha continua a influenciar decisivamente toda a política nacional e essencialmente em relação às colónias – adopção de modelos descentralizantes. Em África, enraíza-se um triângulo entre Lisboa – Londres – Bruxelas contra as aspirações sul-africanas e alemãs.

O conflito mundial que termina em 1919 provocou uma crise profunda no Sistema Internacional, onde Portugal também se inclui. A crise financeira e económica instalada conduziria a um vazio político na década de 1920. A instável situação económica nacional permitiria a ascensão de Salazar, que irá acumular as pastas das Finanças e dos Negócios Estrangeiros, o qual defende o não comprometimento com acordos internacionais que colocassem em causa as alianças tradicionais e a luta contra a internacionalização do problema colonial, na SDN. A SDN foi vista pelos responsáveis portugueses como uma novidade institucional favorável ao aumento da liberdade de acção de Portugal no contexto

⁵ Portugal – Lei de 10 de Julho de 1913 e Decreto do Governo de 01 de Novembro. Brasil – Decreto do Governo de 07 de Janeiro de 1914.

internacional. Todavia, todas essas boas intenções saem fracassadas e o último período da I República conduzirá, inevitavelmente, ao regime ditatorial que se instalaria em Portugal.

A missão portuguesa⁶ que acompanhou o presidente português em 1922 tencionava negociar diversos convénios (Cf. Magalhães, 1999: 83) com as autoridades brasileiras, mas o único acordo assinado, preparado por Jaime Cortesão e João de Barros, foi uma convenção sobre propriedade literária e artística, firmada a 26 de Setembro, que só viria a ser ratificada a 4 de Abril de 1924, durante a presidência de Teixeira Gomes. Ao nível económico, nada de concreto foi conseguido por Francisco António Correia, pois o mandato de Epiácio Pessoa terminava a 15 de Novembro desse ano e a administração brasileira não desejava encetar negociações ou celebrar acordos.

Em Portugal procurou-se, no entanto, negociar com o Brasil um acordo comercial, tendo o Governo apresentado ao Parlamento a 7 de Dezembro de 1923, uma proposta de lei autorizando-o a negociar com o Brasil um acordo com diversas reduções tarifárias e aduaneiras. Esta tentativa não teve qualquer sucesso em virtude de novas disposições proteccionistas que são entretanto introduzidas na pauta brasileira.

Deste novo espírito de aproximação, realçamos ainda o surgimento de diversos autores e até de diplomatas e políticos, como Coelho de Carvalho, Zófimo Consiglieri Pedroso, António Maria de Bettencourt Rodrigues, entre outros (Cf. *ibidem*: 277-278), que defendiam a *lusobrasilidade* e o *reforço da comunidade luso-brasileira*. Estes depoimentos a favor de uma verdadeira comunidade luso-brasileira continuarão a encontrar, durante a coexistência do Estado Novo brasileiro e português, além do pensamento favorável dos dois líderes políticos, a subsidiariedade de muitas figuras públicas que defendem publicamente este projecto, onde realçamos o nome de dois dos seus expoentes máximos: primeiro, Gilberto Freyre, autor de *Casa Grande e Senzala* e do *Mundo que o português criou*⁷; e, segundo, João Neves de Fontoura, que exercerá as funções de embaixador brasileiro em Lisboa, entre 1943 e 1945, e que influenciarão a aproximação entre os dois regimes autoritários, ao nível espiritual e pragmático.

⁶ Da qual faziam parte os escritores Jaime Cortesão e João de Barros e o economista Francisco António Correia.

⁷ Gilberto Freyre apresenta, pela primeira vez, o conceito de *lusotropicalismo* como condição que tinha levado o povo português a promover a interpenetração racial, linguística e cultural, combinando a cultura europeia com a cultura tropical, e que tinha influenciado de forma crucial a formação da própria nação brasileira. Cf. CERVO, Amado; MAGALHÃES, José Calvet de, *op. cit.*: 278.

Das tentativas encetadas ao longo da I República portuguesa fica apenas o “eco de uma renovada aproximação afectiva dos dois povos, sem grandes efeitos práticos” (Magalhães, 1999: 84), já que poucas realizações são efectivadas. A 26 de Setembro, a par da Convenção sobre propriedade literária, é também formalizado um Tratado regulando a isenção do serviço militar e da dupla nacionalidade (que nunca chegou a ser publicado) e, a 18 de Outubro, por Decreto do governo brasileiro, são concedidas honras de cidadania ao Presidente da República português António José de Almeida. Em 1923 (2 de Abril), é formalizado por troca de notas o Acordo para a troca de malas diplomáticas e, no ano seguinte (18 Outubro de 1924), assina-se o Acordo bilateral para a redução de taxas na permuta de livros e jornais dos dois países.

Em 1931 (30 de Abril), já em pleno processo de consolidação do Estado Novo em Portugal e no Brasil, é assinado em Lisboa o Acordo entre a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras para o estabelecimento da unidade e expansão da língua portuguesa (publicado em Portugal, por decreto de 05 de Maio do mesmo ano).

2. O relacionamento Portugal – Brasil durante a vigência simultânea do Estado Novo

A instabilidade difusa que caracteriza as relações internacionais essencialmente depois do *Crash* da Bolsa em Nova Iorque repercute-se nas opções políticas, económicas e sociais que cada um dos países adopta para responder a essa mesma instabilidade, após o comprovado esgotamento dos regimes republicanos anteriormente vigentes, que não haviam conseguido subtrair à espiral depressiva os alicerces socioeconómicos nacionais. De facto, “antes de acabada a construção de um mundo novo após a guerra, já este principiava a desagregar-se” (Nogueira, 1977: 127) novamente, comprovando a incapacidade dos modelos existentes.

Após um período de ambiguidade e incompreensão gradual no relacionamento luso-brasileiro entre os governos republicanos assistimos a uma nova tentativa de aproximação a partir do momento em que ambos os países entram em processos políticos, ideológicos e governativos internos similares, através da actuação centralizadora e ditatorial de Oliveira Salazar e Getúlio Vargas que definem como objectivo implementar um novo *projecto de regeneração nacional* e uma nova concepção da postura do seu país perante a *ordem mundial* e os restantes actores internacionais.

Neste período existe, assim, um empenho governativo para aprofundar as ligações bilaterais, embora constrangidos por ligações a outros actores internacionais que não permitem conceder a esta ligação um papel central em todas as áreas, devido a imposições geográficas e/ou político-económicas. Com efeito, o Brasil deu primordial relevo nas suas relações externas ao princípio do *pan-americanismo*, enquanto Portugal se tornaria gradual e exageradamente fechado sobre si mesmo e sobre o seu império ultramarino, além da centralidade dada aos outros três vértices da sua política externa – Grã-Bretanha, Espanha e Santa Sé.

Quando se fala das relações luso-brasileiras desenvolvidas ao longo do século XX (essencialmente até aos anos de 1970), considera-se este como um período completamente improdutivo ao nível político e económico. Genericamente, aceita-se a ideia de que as relações Portugal – Brasil se inserem numa *fase de retórica* (Amado Cervo), pois os resultados finais em inúmeras áreas não são tão animadores como os esperados. Todavia, a reaproximação entre os dois países, observável em muitas áreas, surge no seguimento dos esforços fomentados pelos dois regimes ditatoriais, e especialmente pelo líder português. Oliveira Salazar considerava crucial o reforço do laço bilateral transatlântico, para salvaguardar os elos culturais e históricos existentes face a outras influências no território brasileiro, mas também para permitir que a *voz da lusofonia* ganhasse maior poder reivindicativo *inter pares* no sistema mundial, tornando-se num parceiro internacional com uma posição geopolítica e geoestratégica privilegiada ao nível transatlântico e mundial.

Embora os resultados económicos não conheçam, a curto e médio prazo, qualquer desenvolvimento assinalável que conseguisse relançar o intercâmbio para um lugar de destaque, a cooperação e a colaboração luso-brasileira permitiu, não só a manutenção dessa comunidade transatlântica cultural e de afecto, mas também a efectivação duma unidade linguística permanente e da obtenção de dividendos que privilegiavam a colaboração bilateral quer ao nível prático, quer ao nível político, pelo apoio ideológico, oficial e operacional que os dois Governos se prestam reciprocamente.

O primeiro indicador real dessa relação traduz-se na similitude inerente aos regimes políticos que são adoptados nos dois países nesta fase, através de processos mais ou menos revolucionários e com maior ou menor intervenção militar no processo de ruptura com as legalidades constitucionais republicanas anteriores.

O segundo factor que corrobora a ideia da relevância do relacionamento bilateral luso-brasileiro entre 1930 e 1945 surge da *consciencialização recíproca da importância da*

comunidade e do espaço luso-brasileiro no mundo e do esforço permanente dos dois Governos (essencialmente do lado português) para efectivar todos os mecanismos para a concretização dessa unidade. Entre todos os relacionamentos externos considerados centrais na formação e desenvolvimento da política externa de ambos os países, a dialéctica transatlântica luso-brasileira não foi esquecida ou protelada para um grau extremo de indiferença. E à medida que nos encaminhamos para o segundo conflito mundial, os líderes dos dois países são obrigados a atribuir maior relevo aos contactos luso-brasileiros.

Relativamente às relações económicas, apesar de todas as negociações, o valor e o peso das transacções bilaterais manteve-se mais ou menos inalterado, não havendo qualquer alteração expressiva nos valores totais transaccionados, existindo mesmo períodos de recuo significativos, provocados pelas crises depressivas mundiais e pela incapacidade dos próprios mercados nacionais de se potencializarem financeira e logisticamente como parceiros competitivamente importantes. A maioria das disposições contidas no primeiro convénio estabelecido – o Tratado de Comércio e Navegação (1933)⁸, não vão passar de letra morta ainda antes de serem implantadas e todas as tentativas de operacionalizar a cooperação económica e de relançar o comércio bilateral têm fracos resultados práticos. Concordava-se quanto à necessidade de incrementar as transacções comerciais, mas não se conseguia passar da teoria para a prática, apesar dos contínuos esforços estatais para identificar os principais problemas e definir as alternativas mais eficazes para a sua resolução.

Desde a Missão Especial portuguesa de 1938⁹, até ao Protocolo Adicional ao Tratado, assinado em 1941¹⁰, e à conseqüente reunião da Comissão Mista aí prevista, foram grandes os esforços dos dois Governos, procurando animar o intercâmbio comercial e promover um relacionamento a este nível mais consentâneo com as suas afirmações políticas de unidade

⁸ Cf. TRATADO DE COMÉRCIO entre Portugal e o Brasil, assinado em 26 de Agosto de 1933, no R. J. A.H.-D. do M.N.E.; Cota 3P A12 M312, § 2.º e 3.º do Preâmbulo.

⁹ Esta Missão Especial surge numa fase em que a política realista nazista começa a efectivar alguns dos seus objectivos perante a passividade da comunidade internacional, que procura a todo o custo preservar o *status quo* através da contraposição aos resultados práticos alcançados pelo totalitarismo hitleriano da manutenção de uma política idealista e do uso de mecanismos diplomáticos (mediação e conferências), que se comprovarão ineficazes perante a agressividade ariana. Com efeito, logo em Março deste mesmo ano a Alemanha tinha levado a cabo o *anschluss* e contemporaneamente à estadia da Missão portuguesa no Brasil, a situação europeia recrudescer com a crise checoslovaca. Além disso, a situação europeia é também marcada pela continuação da Guerra Civil de Espanha, onde Portugal tinha interesses directos (influenciando a seu favor o desenrolar dos acontecimentos). No contexto americano, o processo de hegemonização e de valorização do pan-americanismo preconizado pelos EUA desenvolve-se rapidamente e encontra no Governo brasileiro cada vez mais facilidades e permissividade (o Ministro das Relações Exteriores é neste momento Oswaldo Aranha).

¹⁰ Protocolo Adicional ao Tratado de Comércio entre Portugal e o Brasil, assinado em 21 de Julho de 1941, em Lisboa. *In* Diário do Governo n. 175 de 30 de Julho de 1941, pp. 685-986. Biblioteca do M.N.E.

entre as duas nações. Todavia, esses bons ofícios não conseguem contagiar as forças económicas activas nacionais para o desenvolvimento dos seus contactos recíprocos, permanecendo num estágio letárgico e passivo, por diversas razões:

- o clima de *crise e depressão* que marca a economia mundial e as relações internacionais económicas em geral¹¹;
- as *convulsões políticas e militares* que se sucedem a partir de 1929 nos dois países e que contribuem para o agravamento dos efeitos negativos que se faziam sentir ao nível da economia e finança mundial e para o aumento da desconfiança dos agentes económicos;
- as próprias *características dos dois regimes autoritários estado-novistas* – o proteccionismo/nacionalismo, a falta de capacidade de produção e de infra-estruturas, e as directrizes impostas na economia e na finança pela actuação centralizada, supervisora e intervencionista do Estado;
- a existência prévia de *vínculos económico-financeiros privilegiados dos dois Governos com outros parceiros económicos externos* mais fortes, que impossibilita a concessão de mecanismos em regime de exclusividade para este intercâmbio bilateral;
- a *exiguidade do mercado metropolitano português* (e a preferência pelas transacções intra-imperiais com os territórios ultramarinos), assim como o *desenvolvimento da produção brasileira em diversos novos sectores económicos*, prescindindo de produtos importados até então de Portugal;
- e a falta de entrosamento entre os modelos em que era pensado o relacionamento económico luso-brasileiro e as novas exigências competitivas do mercado mundial.

Todas as fórmulas económicas projectadas pelos dois Governos nunca se libertam da posição nacionalista e proteccionista subjacente às características intrínsecas dos regimes,

¹¹ Este *efeito de dominó* mundial compreende-se pela posição hegemónica que os EUA tinham adquirido no pós I Guerra Mundial. Com a Europa destroçada, serão os norte-americanos, através das suas políticas liberalistas, que financiarão o reerguimento do *velho continente* e dominarão o comércio internacional. O mundo, na sua quase totalidade, torna-se dependente dada a sua menoridade, em alguns casos, e decadência/debilidade, noutros, da economia norte-americana económica e política. Com a crise de 1929, e as medidas consequentes que os EUA adoptam (repatriação de capitais norte-americanos, redução drástica das importações, etc.) aprofunda-se ainda mais a depressão nos outros países, que vêm subir em flecha as falências e o desemprego (o que acentua as crises financeira, cambial e político-económica).

condicionando qualquer possibilidade de expansão do intercâmbio económico bilateral. No pós II guerra, o relacionamento comercial e económico luso-brasileiro não poderia continuar a contentar-se com a simples preservação da tradicional quota comercial e, para vingar na nova ordem económica mundial, teria de evoluir no mesmo sentido das grandes economias mundiais, através da adopção de mecanismos modernos de uma produção inteligente, amparada por políticas eficientes de comunicação e distribuição e da aniquilação gradual de barreiras pautais e aduaneiras.

Malgradamente, a alteração das orientações económicas e políticas no Brasil a partir de 1945 conduz a uma nova descoordenação no diálogo bilateral e, apesar dos acordos económicos que serão assinados em 1949, a manutenção de uma visão extremamente simplista, individualista e nacionalista por parte de Portugal do comércio e do relacionamento económico externo, não permite à nação coadunar-se com a complexidade da economia mundial, promotora da interdependência acentuada e da competitividade mundial¹². Só com a alteração do regime português em 1974, a economia portuguesa entrará definitivamente nas dialécticas economicistas de interdependência mundial, quer ao nível regional, quer ao nível mundial, com a subvenção aos investimentos e iniciativas privadas nacionais e estrangeiras.

A segunda grande área relacional relaciona-se com a esfera política e diplomática. Três grandes assuntos dominam esta fase, com resultados muito mais visíveis do que a área económica, concedendo uma nova centralidade a este relacionamento bilateral, nomeadamente: o tratamento dispensado à emigração portuguesa no Brasil e as questões relacionadas com a nacionalidade (e dupla nacionalidade); a negociação e concreção de convénios bilaterais no sentido de obter mais-valias eficientes; e a cooperação efectiva luso-brasileira desenvolvida durante a II Guerra Mundial.

O objectivo central da cooperação político-diplomática bilateral era o de reforçar o espírito de pertença a uma mesma comunidade de valores, paralelamente à solidificação, regeneração e homogeneização interna das duas Nações, contra todas as outras influências e pressões internas e/ou externas que se faziam sentir especialmente no território brasileiro (e.g. a pressão nativista ou as influências italiana, nipónica ou norte-americana). Perante essas ameaças, a

¹² Apesar da manutenção de muitas das orientações económicas proteccionistas e nacionalistas, na última fase da ditadura portuguesa exista já uma preocupação em não permanecer totalmente isolado ao nível económico, como por exemplo através da adesão à EFTA e da consagração de medidas impulsoras do investimento privado, quer ao nível nacional, quer ao nível externo.

colaboração luso-brasileira procurava agora centrar-se naqueles mecanismos que concedessem à luso-brasilidade uma posição privilegiada e vantajosa para os cidadãos nacionais brasileiros e portugueses, em ambos os territórios; além de contribuir para a própria consolidação da unidade nacional e da emergência no sistema internacional de cada um dos países como actores com relevância geopolítica e geoestratégica. Daqui se compreendem todas as disposições que o Governo brasileiro vai concedendo à colónia portuguesa, em regime de excepção à sua legislação nacionalista, quanto à entrada, permanência e acesso ao trabalho pelos imigrantes¹³:

- o reconhecimento e a preferência pela imigração portuguesa e o esbatimento gradual das exigências para a entrada e permanência no território;
- a concessão de situações de privilégio para os cidadãos portugueses quanto ao acesso ao trabalho em geral e a algumas profissões específicas (e.g. as actividades liberais ou relacionadas com a actividade portuária/marítima);
- as excepções dadas às associações socioculturais da colónia portuguesa – permitindo-se a sua manutenção sem a obrigatoriedade de passarem a ser controladas por cidadãos brasileiros;
- o tratamento especial dispensado por todas as entidades governativas brasileiras aos representantes diplomáticos e consulares portugueses.

Apesar das restrições e generalizações iniciais, a situação vai sendo aligeirada para os cidadãos portugueses, permitindo uma quase equiparação plena aos direitos dos brasileiros natos em diversos sectores da vida em sociedade (com excepção dos direitos e deveres políticos). Neste sentido, além da obtenção de inúmeras medidas que favorecem no imediato o quotidiano dos cidadãos, também se formaliza solenemente a cooperação luso-brasileira em áreas específicas como as comunicações postais¹⁴ e telegráficas¹⁵ e ao nível dos transportes aéreos. Pragmaticamente, estes convénios traduzem-se na abrangência dos territórios portugueses ultramarinos em muitas das disposições negociadas e previstas directamente no

¹³ Sobre a principal legislação brasileira, deste período, acerca da imigração *vide* PAULO, Heloísa (2000) – *Aqui também é Portugal. A Colónia portuguesa do Brasil e o Salazarismo*. Coimbra: Quarteto Editora: 604-605.

¹⁴ Acordo Postal de 30 de Abril de 1942. *In* Diário do Governo, I série, n. 100, de 02/05/1942, p. 362 – Biblioteca Diplomática do M.N.E., Lisboa.

¹⁵ Acordo telegráfico de 09 de Junho de 1943. *In* Diário do Governo, I série, n. 119, de 09/06/1943, pp. 359-360 – Biblioteca Diplomática do M.N.E., Lisboa.

Acordo de Transportes Aéreos¹⁶; na centralização dos serviços telegráficos de comunicações nas duas capitais nacionais, o que permitia o desenvolvimento das infra-estruturas de ambas e o controlo de todo o tráfego bilateral; e no favorecimento da utilização dos meios nacionais de ambos os países para efectivar essas comunicações e serviços, tais como navios e companhias/empresas nacionais.

A celebração de convénios com estas características e versando matérias transatlânticas estrategicamente importantes, como os acordos acima referidos, tornavam-se centrais nos anos de 1940 ao nível bilateral e internacional, por diversos motivos:

- pelas vantagens imediatas para os seus cidadãos nacionais emigrados em cada um dos países – com a redução das taxas postais e telegráficas;
- pelas vantagens estruturais para cada um dos países – a cooperação e a concertação de esforços nestas áreas, permitia o desenvolvimento e modernização das infra-estruturas económicas nacionais;
- pelas vantagens culturais e sociais – com o desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação permitiu-se, por um lado, uma maior projecção e difusão da produção cultural e intelectual das duas sociedades, e, por outro lado, de uma maior empatia das comunidades quanto às opções dos regimes vigentes;
- pelas vantagens internacionais – através de uma maior projecção e prestígio tecnológico e político-diplomático perante a “concorrência” dos restantes actores internacionais;
- e pelas vantagens políticas – prova do bom relacionamento luso-brasileiro, do reconhecimento tácito das opções políticas internas e das posturas no conflito mundial.

A par dos resultados da cooperação político-diplomática, a cooperação cultural e propagandística comprova também uma época auspiciosa no diálogo luso-brasileiro, promovendo-se uma comunhão de vivências sociais, políticas, ideológicas, propagandísticas

¹⁶ ACORDO SOBRE TRANSPORTES AÉREOS entre os Estados Unidos do Brasil e Portugal – Secretariado de Aeronáutica Civil. In Biblioteca Nacional de Lisboa; Cota S.C. 13497/7 V.

de regime, espirituais e culturais entre as duas comunidades, através dum intercâmbio permanente de intelectuais, artistas, técnicos qualificados, entre muitos outros¹⁷.

Diferentes na sua continentalidade, mas convergentes na sua atlanticidade, Portugal e o Brasil encontram-se, então, ainda unidos por todo um conjunto de factores que se plasmam no elemento linguístico, assim como em todos os esforços e eventos realizados em cada um dos países e nos quais se promove a presença especial e evidenciada dos representantes e dos contributos de ambos os países, face a todas as outras representações estrangeiras existentes.

Numa primeira situação, inserimos neste processo de reaproximação todas aquelas dialécticas formais, institucionais e/ou pontuais que promovem a *defesa da cultura e da língua* comuns a ambos os territórios – exposições, congressos, conferências, intercâmbio entre professores e especialistas, criação de organismos promotores da cultura luso-brasileira, etc.; os quais promovem o entrosamento cultural e espiritual entre as duas comunidades, ao mesmo tempo que difundem e publicitam no mundo o desenvolvimento espiritual das duas nações.

A *defesa da unidade linguística*¹⁸ (permissiva às originalidades e necessidades ortográficas e vocabulares de cada uma das realidades) adquire uma nova importância nesta fase, dadas as ameaças materializadas por facções que procuravam separar também a este nível os dois países. A defesa da autonomização linguística deriva, nesta altura, não só das filosofias nacionalistas brasileiras dos anos de 1930, mas também de causas mais evidentes e pragmáticas, como é o caso do excesso de imigrantes no Brasil e as consequências directas no trabalho e na capacidade de empregabilidade de toda essa mão-de-obra. Essas teses não conseguiram vingar, permitindo-se a manutenção da vigência oficial do Português, servindo, porém para comprovar que a vigência e uniformização da língua tinha de ser alvo duma acção continuada de concertação bilateral, através da colaboração permanente entre as duas Academias nacionais (Academia de Ciências de Lisboa e Academia de Letras Brasileira).

¹⁷ Além de diversas visitas e missões especiais, realiza-se ao longo destes anos um intercâmbio permanente de especialistas (em diversas áreas e assuntos) entre os dois Estados, participando nas universidades, órgãos consultivos, entre outros exemplos. Este intercâmbio pode ser comprovado pelos próprios relatórios anuais elaborados pelos Ministérios dos Negócios Estrangeiros de ambos os países.

¹⁸ Convenção Ortográfica Luso-Brasileira de 29/12/1943. A.H.-D. do M.N.E.; Cota 3P A12 M312. A questão da unidade linguística levanta, de facto, diversos problemas, que conduzirão, por sua vez, a diversos diplomas e documentos solenes entre os dois países. De todos esses documentos a Convenção de 1943 é a mais completa e importante, pois estabelece os parâmetros fundamentais de entendimento, bem como estabelece dois órgãos consultivos que tinham a seu cargo a manutenção do entendimento entre as duas nações, nomeadamente – a Academia de Ciências de Lisboa e a Academia de Letras Brasileira.

A segunda área de colaboração cultural é a “*propaganda do ressurgimento*”¹⁹ entre os dois regimes resulta das características e necessidades próprias dos modelos governativos autoritário e ditatoriais vigentes, ou seja, a *exigência de uma propaganda extremamente organizada* interna e internacional favorável ao regime, que tinha a seu cargo enaltecer a obra espiritual do *Estado Novo* e se transforma numa nova matéria passível de entendimento e concertação bilateral. Como marcos mais relevantes, neste período, desta cooperação bilateral propagandística referimos a cooperação entre os dois organismos dos regimes criados com esse mesmo fim – o *SPN* e o *DIP*, da qual resulta não só um profundo entendimento entre os directores dos dois serviços, bem como a conclusão do Acordo Cultural bilateral de 1941; as *Comemorações Centenárias*²⁰ em Portugal em 1940, onde os brasileiros ocuparam uma posição de destaque em todos os acontecimentos ao lado das autoridades portuguesas; e o envio de uma *Missão Especial* portuguesa ao Brasil em 1941, como agradecimento à participação brasileira nos Centenários (integrando grandes intelectuais portugueses de diversas áreas).

Estes três acontecimentos constituem-se nos pontos máximos dos bons ofícios propagandísticos luso-brasileiros e resumem todo um trabalho de reaproximação e de solidariedade entre os dois Governos para concertação de esforços no combate às infiltrações estrangeiras, adversas aos seus regimes políticos, na promoção dos próprios regimes e dos seus princípios junto da comunidade internacional, e na publicitação dos resultados positivos da sua actuação governativa, angariando a empatia das comunidades face às ditaduras de direita implementadas.

A cooperação efectiva durante a II Guerra Mundial

Finalmente, o último grande assunto que demonstra a grande relevância do relacionamento luso-brasileiro durante a vigência simultânea dos dois regimes estado-novistas, prende-se com a *colaboração efectiva entre os dois Governos durante a II Guerra Mundial* e que permitiu, não só o respeito mútuo pelas decisões tomadas por cada país, relativamente à sua postura estratégica e política no conflito e a obtenção de um ponto de apoio externo para essas mesmas decisões; como também possibilitou a defesa dos interesses da Nação e dos cidadãos brasileiros pelas representações oficiais portuguesas em diversos

¹⁹ HENRIQUES, Raquel P. – *António Ferro. Estudo e antologia*. Lisboa: Edições Alfa, 1990, p. 49.

²⁰ MEMÓRIAS E COMUNICAÇÕES APRESENTADAS AO CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA (VII Congresso). Comissão Executiva dos Centenários. Vols. 9, 10 e 11. Lisboa: Editora Bertrand. 1940.

países e continentes, directa ou indirectamente envolvidos nas hostilidades mundiais (e.g. na Alemanha, na França, na Itália e no Japão)²¹, procurando reforçar a ligação entre os dois países também a esse nível.

De facto, o período entre 1939 e 1945, em que decorre o conflito, caracteriza-se por uma grande aproximação e cooperação ao nível da defesa dos interesses de ambos os países, junto da Comunidade Internacional. Começando por uma similitude quanto à sua posição face ao conflito internacional (com a proclamação de uma neutralidade total em 1939), até à evolução das posições de ambos os Governos para posturas diferentes (*beligerância* brasileira e *neutralidade colaborante* portuguesa, embora estas se traduzissem na prática numa evolução imposta pelas conjunturas continentais e regionais em que os dois países se inseriam), a colaboração luso-brasileira, permite a confirmação no terreno de um relacionamento estreito ao nível político e diplomático, traduzido na defesa dos interesses brasileiros junto de diversos territórios pelas representações portuguesas e pelo respeito afirmado interna e externamente pelas opções políticas tomadas por cada um dos Governos.

Na compreensão deste processo político-diplomático, em concreto, teremos, porém, de ter em conta duas fases distintas: a primeira, refere-se ao período que decorre *entre 1939 e 1942*, período no qual os dois países proclamam indubitavelmente a sua *neutralidade face ao conflito* e onde o objectivo mais importante era o apoio nesse relacionamento bilateral luso-brasileiro como garante da preservação desse estatuto comum e para a procura de dividendos favoráveis para as duas nações. Na segunda fase, *entre 1942 e 1945*, onde o Brasil rompe relações com os países do Eixo e depois se apresenta como interventor directo no conflito, a *defesa dos interesses brasileiros por Portugal* ocupa as relações político-diplomáticas bilaterais e concede um papel central e mundial aos representantes diplomáticos e consulares portugueses em diversos territórios/países estrangeiros, quer pela sua acção na resolução de casos concretos e/ou individuais de cidadãos brasileiros, quer pela consequente defesa e reafirmação da *luso-brasilidade* em todo o mundo.

A evolução do teatro de guerra entre 1941 e 1942 não permite, então, a manutenção pura e simples do estatuto de neutralidade destes dois países, pois eles constituíram-se como peças muito importantes no *puzzle* do confronto Aliados/Eixo, e passarão a gozar de uma

21 Acerca das medidas concretas tomadas em cada um desses países pelos representantes diplomáticos portugueses para defesa dos interesses brasileiros, vide SANTOS, Paula Marques dos Santos – *As Relações Luso-Brasileiras (1930-1945)*. Tese de doutoramento, defendida na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005: 439-473.

situação privilegiada na decisão da sorte final do próprio conflito. A extensão do conflito ao Pacífico, a África e ao Atlântico oferece uma nova conjuntura perante a qual os dois regimes ditatoriais teriam de reagir e interagir, escolhendo novamente uma postura alternativa e que, no seu entender, pudesse salvaguardar com a maior eficácia possível os interesses nacionais. A posição de ambos os países evolui para situações de maior compromisso externo e, por isso, de maior comprometimento do futuro político de cada uma das nações. No caso brasileiro, a sua extrema dependência externa e económica dos EUA, condu-la à beligerância *de facto* (a beligerância é declarada em 31 de Agosto de 1942, após o torpedeamento de navios mercantes nacionais)²²; enquanto no caso português, embora a neutralidade formal seja mantida, esta se desenvolve para uma postura muito mais favorável ao lado dos Aliados, permitindo-se mesmo a cedência de algumas vantagens em território nacional.

Embora surjam na primeira fase algumas pequenas questões pontuais que permitem a colaboração efectiva entre os dois Governos, como por exemplo naquelas situações que, colocando em causa o estatuto de neutralidade de um dos dois Estados, se solicita o apoio do Governo do outro país²³ para a sua preservação e respeito internacional, a cooperação bilateral luso-brasileira directamente relacionada do conflito mundial só conhece um forte incremento quando o Brasil se vê obrigado a cortar relações oficiais com os países do Eixo²⁴ e necessita, por isso, de entregar a defesa dos seus interesses nacionais e dos seus cidadãos radicados nesses mesmos territórios (ou naqueles territórios que ao estarem ocupados por essas forças, como é o caso da França, ou que, por razões geográficas se encontravam numa área de influência germânica, se viam obrigados a submeter-se às orientações do bloco, como é o caso da Roménia).

²² A declaração de guerra às forças do Eixo pelo Governo brasileiro e apoiada pela maioria da população, que publicamente se manifesta a favor dos Aliados e contra os ideais nazista e fascistas. Cf. PELO BRASIL, pela América, pela democracia! *Jornal do Brasil*, de 05/07/1942. *Apud* O ESTADO NOVO. 1937-1945. In *Períodos – República online 1889-1961*. In site <http://www.republicaonline.org.br>;

²³ Veja-se, por exemplo o caso de aprisionamento do navio Siqueira Campos pelas forças britânicas em Gibraltar. Este navio tinha saído de Lisboa, em direcção ao Rio de Janeiro com um carregamento de material de guerra, proveniente da Alemanha, a quem o Brasil tinha feito a encomenda antes do início do conflito. Outra situação surge com a prisão de marinheiros alemães, também pela Grã-Bretanha, que trabalhavam a bordo de um navio brasileiro de cabotagem. Cf. Ofício n. 710 de 16/12/1940 do Embaixador português em Londres para o Ministro dos Negócios Estrangeiros. A.H.-D. do M.N.E.; Cota 2P A48 M208.

²⁴ Cf. correspondência trocada entre o Itamaraty e as suas Missões diplomáticas acreditadas em Berlim, Tóquio e Roma, bem como para as Missões alemã, italiana e japonesa acreditadas no Rio de Janeiro. *Apud* RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES, referente ao ano de 1942, apresentado ao Presidente da República do Estados Unidos do Brasil, pelo Ministro das Relações Exteriores, anexo 7.º sobre a Ruptura de relações com os países do Eixo, pp. 127-130.

Assim, na iminência de declaração de guerra do Brasil às forças do Eixo, e após saber da disponibilidade lusa para cooperar com o Brasil a nível mundial, o Ministério das Relações Exteriores (M.R.E.), por ordem de Getúlio Vargas, solicita que o “*Govêrno português envie instruções urgentes aos seus representantes diplomáticos na Alemanha, Itália, Japão, Roménia e Hungria que vão ficar encarregados dos interesses do Brasil naqueles países*”²⁵. Estes serão os primeiros territórios onde Portugal assumirá a defesa dos interesses brasileiros, pois a resposta de Salazar, além de rápida, era indiscutível e inequívoca quanto à aceitação de tal papel e função, colocando de imediato os chefes das suas missões diplomáticas de sobreaviso nesses mesmos países para que, no “*seguimento da resposta favorável dada por Governo português à diligência do Governo brasileiro (...) ficará encarregado protecção de interesse Brazil nesse paiz quando se der rutura. Aceitará portanto V. Ex^a esse encargo quando isso lhe fôr solicitado por representante Brazil e nessa conformidade se dirigirá depois a esse Governo*”²⁶.

Além da defesa dos interesses do Estado e dos cidadãos brasileiros, Portugal também assegura durante o conflito a possibilidade de manutenção de comunicações entre o Governo brasileiro e os seus diversos diplomatas enquanto estes não eram ou não podiam ser repatriados. Com efeito, é por intermédio de Lisboa que circulam todas as comunicações entre o M.R.E. e os seus representantes no exterior, como canal para poderem ser transmitidas quaisquer decisões importantes ou para poder saber com exactidão qual o tratamento dispensado pelas autoridades de cada país a esses mesmos representantes (para que o Brasil pudesse aplicar fundamentadamente medidas análogas aos representantes desses países no seu território, de acordo com o princípio da reciprocidade).

Por outro lado, e enquanto Portugal se torna no principal elo de ligação diplomático do Brasil ao nível externo e extra-americano, a vizinha Espanha assume também um papel político-diplomático importante nesta situação, já que será a sua representação diplomática acreditada junto do Governo brasileiro que ficará encarregue de, em todo esse território nacional, salvaguardar os interesses do Japão, da Alemanha e da Itália²⁷ (e dos respectivos cidadãos). Ou seja, a neutralidade peninsular servia a partir deste momento para a defesa dos

²⁵ Nota Verbal de 28/01/1942 da Embaixada do Brasil em Lisboa para o M.N.E.. A.H.-D. do M.N.E.; Cota 2P A49 M107.

²⁶ Telegrama confidencial n. C-3 de 29/01/1942 do Ministro dos Negócios Estrangeiros para as Legações de Portugal em Berlim, Roma, Tóquio, Bucareste e Budapeste. A.H.-D. do M.N.E.; Cota 2P A49 M103.

²⁷ Cf. Ofício n. 90 de 28/03/1942 e n. 100 de 02/04/1942 do Embaixador do Brasil em Lisboa para o Ministro dos Negócios Estrangeiros. A.H.-D. do M.N.E.; Cota 2P A49 M104.

interesses entre os diversos países beligerantes, transformando-se num benefício acrescido para a manutenção e salvaguarda desse estatuto por Salazar e Franco.

Perante isto, a cooperação e a solidariedade transatlântica luso-brasileira é evidente e consente a defesa da integridade territorial e política dos dois países, ao mesmo tempo que se abre espaço para uma nova importância geopolítica mundial a conceder à lusitanidade, dadas as posições geográficas e políticas lusas e brasileiras, especialmente no Atlântico as quais se haviam tornado cruciais para ambas as partes beligerantes e para a decisão final do conflito. O esforço e a colaboração conjunta internacional luso-brasileira permitiram um maior reconhecimento mundial dos dois Governos, reforçando ainda a sua posição para a reivindicação dos seus interesses.

Conclusão

A primeira metade do século XX, devido às vicissitudes que verificamos em Portugal e no Brasil, bem como no próprio sistema internacional, e que dificultam a possibilidade de reforço do relacionamento bilateral, por razões políticas, económicas, sociais e mesmo operacionais no que se refere à capacidade de transpor a distância imposta pelo Atlântico, pode ser descrita como um período de esforço para o reforço deste relacionamento, mas onde os resultados são escassos por diversas razões: intrínsecas à situação de cada país e às opções de cada regime vigente; e extrínsecas resultantes das convulsões do sistema mundial e das transformações profundas dos próprios valores onde esse se baseia.

Apesar das concretizações surgirem mais amiúde durante a vigência simultânea dos regimes do Estado Novo, verificamos que os resultados práticos para esse reforço continuam a ser exponencialmente ultrapassados pelos relacionamentos que, quer Portugal, quer o Brasil desenvolvem com outros países, bilateralmente e/ou multilateralmente.

O período após o fim da II Guerra Mundial não se distingue muito das características anteriores, em termos de resultados, apesar de novas realizações específicas, o que demonstra que os mesmos problemas e as mesmas dificuldades relacionais persistiriam após o derrube do *Estado Novo* no Brasil. Essas contrariedades e obstáculos resultam de todas as condicionantes intrínsecas e extrínsecas aos dois países, tantas vezes incontornáveis e fora do controlo dos chefes políticos nacionais.

Por isso, se a década de 1950 é considerada nas relações luso-brasileiras por alguns autores como a “*década-síntese da especificidade*” (Menezes, 2001: 105), definimos os anos de 1930 a 1945 como o período de *reconstrução* e de *preservação* dos laços bilaterais e o espaço temporal de incubação da reaproximação no seio da *lusobrasilidade*, evitando o espartilhamento da comunidade transatlântica luso-brasileira, possibilitando-se todos os indicadores efectivos e positivos resultantes dessa cooperação bilateral e facilitando o caminho para potenciais formas de colaboração efectiva futura.

Só nos últimos tempos, mais contemporâneos à nossa época, ambos os lados do Atlântico se consciencializaram novamente daquilo que Salazar compreendera e definira tão claramente nos anos de 1930 – *a necessidade estratégica da manutenção dos elos relacionais entre os dois países e respectivas comunidades*. Quer dizer, embora Portugal e o Brasil se encontrem cada vez mais embrenhados em processos de homogeneização continental/regional e cada vez mais uniformizados por elementos universalistas derivados do processo de *turbo-globalização* e de submissão a fenómenos aglutinadores das identidades nacionais, eles terão de conseguir preservar o legado único da especificidade da sua identidade no mundo, enquanto arautos da lusitanidade e da lusofonia.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

ACORDO SOBRE TRANSPORTES AÉREOS entre os Estados Unidos do Brasil e Portugal – Secretariado de Aeronáutica Civil. In Biblioteca Nacional de Lisboa; Cota S.C. 13497/7 V.

CONVENÇÃO Ortográfica Luso-Brasileira de 29/12/1943. A.H.-D. do M.N.E.; Cota 3P A12 M312.

COLECÇÃO de Legislação Portuguesa, Lisboa: Imprensa Nacional, 1911 a 1927.

DIÁRIO do Governo, Lisboa: Imprensa Nacional, 1910 a 1926.

DOCUMENTAÇÃO diplomática referente ao período 1925-1950 – Arquivo Histórico-Diplomático do Ministérios dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa;

DOCUMENTAÇÃO sobre o Estado Novo no Brasil, disponível em www.cpdoc.fgv.br, <http://www.republicaonline.org.br>, www.crl.edu/info/brazil/pindex.htm.

LEGISLAÇÃO DA ÉPOCA de Portugal e Brasil, sobre migração, acesso ao trabalho, entre outros assuntos;

TRATADO DE COMÉRCIO entre Portugal e o Brasil, assinado em 26 de Agosto de 1933, no Rio de Janeiro. In Diário do Governo n. 209 de 14 de Setembro de 1933, pp. 1632-1633. Biblioteca do M.N.E..

ATLÂNTICO. Revista Luso-Brasileira. 1.^a Edição, n. 1 a 6. Lisboa: Edição do Secretariado da Propaganda Nacional, 1942 – 1945.

CARONE, Edgard – *A República Nova. 1930-1937*. 3.^a Edição. S. P.: Difel, 1982;

CARONE, Edgard – *A Terceira República. 1937-1945*. 2.^a Edição. S. P.: Difel, 1976;

CERVO, Amado Luiz – “As Relações entre Portugal e o Brasil – o peso da História”. *Lusíada*. Revista de Relações Internacionais da Univ. Lusíada do Porto. Porto: 3 (2002), pp. 47-59;

- FERRO, António – *Dez anos de política do espírito*. Lisboa: Edições SPN, 1943;
- Gonçalves, Williams da Silva, *O Realismo da Fraternidade: Brasil-Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2003
- MEMÓRIAS E COMUNICAÇÕES APRESENTADAS AO CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA (VII Congresso). Comissão Executiva dos Centenários. Vols. 9, 10 e 11. Lisboa: Editora Bertrand. 1940;
- MAGALHÃES, José Calvet de – *Breve História das Relações Diplomáticas entre o Brasil e Portugal*. S. P.: Editora Paz e Terra, 1999;
- _____ – *Economia de Guerra e Comércio Externo*. Relatório de 1943. A.H.-D. do M.N.E.;
- _____ – *Relance Histórico Das Relações Diplomáticas Luso-Brasileiras*. Lisboa: Quetzal Editores, 1997;
- MENEZES, Pedro Ribeiro de – “As relações entre Portugal e o Brasil – uma perspectiva pessoal”. *Negócios Estrangeiros*. Lisboa. 2 (Setembro de 2001).
- MIRANDA, Jorge – *Manual de Direito Constitucional. Preliminares – O Estado e os Sistemas Constitucionais*. Tomo I. 5ª Edição. Coimbra: Coimbra Editora, 1993, pp. 221-236 – *Os sistemas constitucionais do Brasil e dos países africanos de língua portuguesa*;
- MOURA, Gerson – “Neutralidade Dependente: o caso do Brasil, 1939-42”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. 12 (1993), pp. 177-189;
- NOGUEIRA, Franco (1977) – Salazar. Os Tempos Áureos (1928-1936). Vol. II. Coimbra: Atlântida Editora.
- PAULO, Heloísa – *Aqui também é Portugal. A Colónia portuguesa do Brasil e o Salazarismo*. Coimbra: Quarteto Editora, 2000;
- _____ – *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil. O SPN/SNI e o DIP*. Coimbra: Livraria Minerva, 1994;
- PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, 2008 – “Legislação sobre emigração para o Brasil na Monarquia Constitucional”, in MATOS, Maria Izilda S. de; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (orgs.), *Deslocamentos e histórias: os Portugueses*, BAURU: Edusc, p. 35-47.
- RAMOS, Carlos Vieira, 1913 – *Legislação Portuguesa sobre Emigração e Passaportes*, Lisboa: Livraria Ferreira.
- ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão (dir.) – *Dicionário de História do Estado Novo*. 2 Volumes. Venda Nova: Bertrand, 1996;
- SARAIVA, José Hermano – “O Estado Novo”. In SARAIVA, José Hermano (dir.) – *História de Portugal*. Volume 6. Lisboa: Publicações Alfa, 1985, pp. 135-165.
- SANTOS, Paula Marques dos Santos (2005) – *As Relações Luso-Brasileiras (1930-1945)*. Tese de Doutoramento, defendida na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Policopiada;
- _____ (2006) - “The Portugal-Brazil Relations (1930-1945) - the relationship between the two national experiences of the Estado Novo”. In E-journal of Portuguese History. Vol. 4, number 2, winter 2006. In http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph.
- _____ (2007) – *Sumários desenvolvidos da unidade curricular de Política Externa Portuguesa no século XX*. Universidade Lusfada: Porto, policopiado.
- _____; FERREIRA, Jenifer (2007) – “A emigração do distrito de Viseu para o Brasil entre as duas guerras mundiais (1918-1940)”. In *ACTAS do Seminário Emigração Portuguesa para o Brasil*. Revista n.º 15. Porto: CEPSE.
- _____ (2008) – *Sumários desenvolvidos da unidade curricular de História das Relações Internacionais*. Universidade Lusfada: Porto, policopiado.
- SKIDMORE, Thomas (2007) – *Brasil: de Getúlio a Castelo*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- TELO, António José – “Política Externa”. In ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão (dir.) (1996) – *Dicionário de História do Estado Novo*. 2.º Volume. Venda Nova: Bertrand, pp. 769-776;

_____ – “Segunda Guerra Mundial”. In ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão (dir.) (1996)
– *Dicionário de História do Estado Novo*. 2.º Volume. Venda Nova: Bertrand, pp. 898-900.